

ANTRO
PO
LOGIA
Portuguesa

Vol. 3.º 1985

Instituto de Antropologia — Universidade de Coimbra

A Antropologia Aplicada em Portugal: um relance crítico

FRANCISCO MARTINS RAMOS

Departamento de Sociologia
Universidade de Évora

Resumo:

Partindo da necessidade e premência da resolução dos problemas concretos das populações, comunidades ou grupos, o autor pretende demonstrar a utilidade e o papel da abordagem antropológica no sentido da correcta contribuição para programas de mudança social e consequente desenvolvimento.

Sem abandonar princípios de ordem deontológica e tentando salvaguardar valores de ordem cultural, deseja-se enfatizar como é importante o contributo antropológico em projectos interdisciplinares de desenvolvimento.

Finalmente, aponta-se criticamente o atraso da Antropologia Aplicada em Portugal, dado que, no nosso País, de um modo geral, se tem privilegiado sobremaneira o Ensino e a Investigação da disciplina antropológica.

Palavras-chave:

Antropologia Aplicada; Mudança social; Desenvolvimento; Deontologia Antropológica; Interdisciplinaridade.

Abstract:

Considering the necessity and urgency of resolving the real problems of populations, communities and groups, the author attempts to demonstrate the utility and the role of the anthropological approach as a relevant contribution for programs of social change and further development.

The importance of such a contribution to inter-disciplinary projects of development is emphasized, keeping in mind deontological principles and trying to preserve cultural values.

Finally a critical review of Applied Anthropology in Portugal is attempted, since the main focuses of Portuguese Anthropology have been teaching and research.

Key words:

Applied Anthropology; Social change; Development; Anthropological deontology; Interdisciplinarity.

1. INTRODUÇÃO

Podemos considerar a Antropologia em Portugal, de certo modo, como uma ciência *marginal*. Este adjectivo retrata fielmente a situação de uma área científica considerada como *não rentável*. A situação da disciplina antropológica é o exemplo acabado e extremo do status que as várias ciências sociais/humanas ocupam na hierarquia do saber vigente da nossa praça.

Sem desprimor pelos respectivos profissionais podemos afirmar que Portugal é um país de ciclos ou modas em relação aos detentores do conhecimento social: licenciados em História, licenciados em Direito, economistas... O ciclo dos sociólogos é ainda embrionário e a hora dos antropólogos não se sabe quando chegará...

Uma pergunta oportuna a que talvez este Colóquio possa dar resposta sintetiza justamente a nossa preocupação:

— Quantos Antropólogos praticam efectivamente o ofício no nosso País?

A pergunta, pertinente a nível global, não é descabida no contexto da presente comunicação, como pretenderei demonstrar.

Outras questões complementares estão ligadas a tal problemática. Porque (a) para os leigos, curiosos e amadores a Antropologia é uma coisa *gira*; porque (b) alguns especialistas e investigadores de outras áreas invadem amiúdo a Antropologia e *fazem* falsa-ciência e porque (c) paradoxalmente não existe um mercado de trabalho para os antropólogos. Entenda-se que a Antropologia só tem a lucrar com o contributo de cientistas de outras especialidades, possuidores de horizontes que ultrapassem os dos seus campos específicos.

Realizações como a presente iniciativa podem efectivamente desmistificar alguns conceitos errados e ser ponto de partida para a criação de um verdadeiro espírito de corpo entre profissionais do mesmo ramo ou para investigadores e docentes de outras áreas interessados na temática etnológica.

Que perspectivas para o futuro poderá acalentar um recém-licenciado em Antropologia? Convenhamos que no estado actual da sociedade portuguesa as probabilidades de exercer a profissão que escolheu são extremamente reduzidas. A carreira docente não lhe oferece grandes possibilidades, quer a nível do ensino secundário, quer a nível do superior e universitário. A investigação é uma meta no céu nublado das ambições; a Antropologia Aplicada, uma situação apenas hipotética.

2. ANTROPOLOGIA APLICADA

Outros colegas tiveram já ou vão ter oportunidade de dissecar e aprofundar a temática antropológica no que concerne ao Ensino e Investigação. De momento proponho que nos debrucemos sobre a problemática da Antropologia Aplicada em

Portugal. E a principal razão para tal escolha deve-se ao facto de esta prática ser indissociável da docência e da pesquisa. Mas outros motivos de relevo me levam a tecer algumas considerações sobre o tema e a efectuar este relance, necessariamente breve: o desenvolvimento, as apregoadas mudanças, a participação activa dos antropólogos no processo de tomada das decisões e na melhoria das condições de vida, a realimentação do ensino, a descoberta de novas pistas de investigação, etc. Na realidade «...tem havido um enfoque inadequado nos aspectos sociais do desenvolvimento. Muita da investigação... tem sido estritamente de natureza económica, ignorando variáveis sócio-psicológicas e aspectos culturais do problema do desenvolvimento» (INKELES, 1967). Tais palavras, válidas há cerca de duas dezenas de anos são perfeitamente actuais no que diz respeito à situação portuguesa.

Para clarificar, convém salientar que, «quando os antropólogos utilizam os seus conceitos teóricos, conhecimentos factuais e metodologias de investigação em programas orientados para resolver problemas contemporâneos de ordem social, económica e tecnológica, eles estão a praticar Antropologia Aplicada» (FOSTER, 1969: VII).

Convém lembrar que a Antropologia contemporânea alargou, de um modo geral e a partir da segunda metade do actual século, o âmbito do seu objecto de estudo. As sociedades ocidentais passaram a partilhar com o homem primitivo o privilégio do campo de pesquisa. Logicamente que tal atitude se prende com uma série de factores dos quais é importante salientar a ruptura dos vínculos coloniais. É oportuno ainda referir que a própria Antropologia Aplicada deve à relação colonial o seu próprio período de gestação: «As primeiras aplicações da Antropologia situaram-se na esfera da administração colonial, facto que contribuiu para o descrédito em que as aplicações são consideradas por muitos antropólogos» (BEALS, 1971: 606).

Voltando às sociedades ocidentais é curioso verificar que a Etnologia procurou, nessa área, a parte mais *primitiva* e tecnologicamente rudimentar desse sector: as comunidades rurais. «Nessa procura de tempo perdido a Antropologia enfatiza o mundo rural na sua luta inglória (?) face à industrialização. Isso não significa todavia que as comunidades urbanas não sejam também campo pródigo a abordar: a moda, a televisão, a culinária, o automóvel, os detergentes, só para citarmos de Barthes as *mitologias* que de momento nos ocorrem» (RAMOS, 1984).

A Antropologia Aplicada, parente dilecta do «Crisântemo e a Espada», preocupa-se fundamentalmente com os «processos de mudança social e cultural particularmente se eles se ligam com melhoramentos planeados em campos como os da agricultura, saúde e serviços médicos, sistemas educacionais, programas de bem estar social, desenvolvimento comunitário, etc.» (FOSTER, 1969: VIII). Apesar de desinteressado da Antropologia Aplicada o papa do estruturalismo não deixa de afirmar que «...it seems to me preferable to stading aloof, because the anthropologist's participation results at least in an understanding of the facts, and truth has a power of its own» (LÉVI-STRAUSS, 1963: 380).

Como sabemos, o problema da mudança planeada pode levantar questões de ordem deontológica e ética. Sobre esse aspecto podemos argumentar contra a ortodoxia dos que defendem posições radicais de não intervenção. Em primeiro lugar porque a Antropologia não é a única ciência que coloca questões de índole deontológica e moral. Todas as disciplinas aplicadas se encontram no mesmo barco, desde as Ciências Exactas às Naturais, das Ciências Sociais às Médicas. Em segundo lugar porque programas de desenvolvimento, projectos de mudança, adopção de inovações, implantação de novas tecnologias, transferência de populações, criação de infraestruturas, são acções incompletas e amputadas sem a participação de especialistas da área social em geral e de antropólogos em particular.

As mudanças tecnológicas são tão velhas como a Humanidade. Desde os tempos mais remotos que o modo de vida de povos inteiros se transformou pela introdução de novos instrumentos, de novas atitudes, práticas e procedimentos técnicos; invenções como a roda, o arado, a domesticação dos animais, a escrita, a máquina a vapor, a linha fabril de montagem, o motor de combustão interna, o computador, o *video-tape*, difundiram-se de um país para outro. Se hoje é pacífica a aceitação de tais inovações, porque não aceitar e promover outras mudanças e outras tecnologias desde que elas contribuam para o bem estar dos Homens?

E mais: «People are manipulated in advertising, in the movies, on the radio and indeed in teaching. If an anthropologist is permitted to discuss cultural change with sophomores, it is probably safe to let him advise Public Services» (KLUCKHOHN, 1957: 150).

Apesar de alguma oposição dos que defendem a filosofia das «terras de marfim» pensamos que essa postura estática não se coaduna com os problemas do mundo contemporâneo, a nível nacional, regional e local. Além disso, «...c'est qu'il faut connaître d'abord la culture d'un peuple avant de vouloir la modifier. Bref l'Anthropologie appliquée ne vient qu'après l'exploration ethnographique». (BASTIDE, 1971: 26).

Das escassas realizações efectuadas em Portugal no campo do desenvolvimento rural, no planeamento comunitário, no ataque a males sociais (droga, delinquência, prostituição, alcoolismo, etc.), na reforma de sistemas educacionais, em projectos de bem estar social, quantos antropólogos tomaram parte?

Quantas autarquias locais, federações de municípios, organismos regionais, sociedades de desenvolvimento, empresas públicas, privadas ou cooperativas, utilizaram alguma vez ou utilizam os serviços, apoio, conselho e os conhecimentos de antropólogos? Creio que as respostas se contarão pelos dedos das mãos e sobrarão dedos.

Razões? De vária ordem:

Em primeiro lugar por desconhecimento do papel e função do antropólogo.

Em segundo lugar pela escassez de profissionais e de áreas de especialização. O antropólogo português é um generalista.

Por outro lado ainda pelo falhanço, reduzido número ou inexistência de acções de extensão universitária.

Estará o antropólogo em Portugal condenado a debitar as correntes do pensamento etnológico, a referir sociedades exóticas e a fazer investigação por imperativos académicos, isolando-se na descrição umbilical dos seus próprios interesses?

Não esperará a sociedade portuguesa que participemos num esforço interdisciplinar conducente às soluções mais correctas dos problemas que todos enfrentamos? Note-se que a Antropologia Aplicada só tem sentido e só conseguirá êxitos se os Antropólogos fizerem parte de equipas que integrem, entre outros e conforme as situações, economistas, sociólogos, médicos, agrónomos, gestores, arquitectos, veterinários, administradores, psicólogos, historiadores, juristas, etc.

Logicamente que a Antropologia não é a panaceia sebastiânica de alguns males que nos preocupam e de erros que não queremos cometer. Mas que pode fornecer um contributo válido na prevenção e terapêutica de questões que se prendem com o destino dos seres humanos, isso ninguém contestará.

O contributo antropológico pode, nesta óptica, colocar-se a dois níveis:

a) Melhor compreensão das clientelas.

b) Tentativa de delinear políticas conducentes à melhoria das condições de vida. Na realidade, «the next decades can be expected to bring ever more rapid change to the rural areas of the world: more population growth and pressure on food resources, more political upheavals and calls for economic and social justice, more ecological dislocations and increasing competition for scarce global resources. These trends must be understood in their local cultural, context... Influences from the international, national, regional and local levels must be linked to the welfare of individual households and families». (BARLETT, 1984: XV).

A Antropologia Aplicada quando se desenrola no cenário rural preocupa-se naturalmente com os problemas relacionados com o mundo agrícola e fenómenos afins e paralelos. Um sem número de temas podem ser inventariados: o fluxo campo-cidade; o crescimento económico e o desenvolvimento; a divisão sexual do trabalho; a agricultura a tempo parcial e pluriactividade; a instrução *versus* eficiência técnica; a passagem de culturas de sequeiro a regadio e suas implicações; as barreiras à inovação; as práticas agrícolas tradicionais e as novas tecnologias; a empresa agrícola familiar; o latifúndio e o trabalho assalariado; a fuga dos jovens às actividades agrícolas; a agricultura portuguesa face à C.E.E., etc.

Logicamente que outros aspectos podem e devem ser objecto da Antropologia Aplicada: o mundo urbano; nutrição e cuidados médicos; os sistemas educativos: instrução, alfabetização; pesquisa em saúde mental; a escola face à comunidade; a fábrica, o hospital, o supermercado, o desporto, o turismo, a homossexualidade, o uso do computador, os video-tapes, etc.

Verifica-se actualmente a tendência para designar a Antropologia Aplicada como Antropologia do Desenvolvimento. Não se trata apenas de uma questão terminológica, mas é acima de tudo a consagração da corrente cada vez mais alargada que defende para os antropólogos uma intervenção activa na resolução dos problemas das sociedades. «The anthropologist must become increasingly adept in formulating research programs which relate theoretical problems to active problems of development». (BEALS, 1971: 644).

3. REMATE

O antropólogo que pratica Antropologia Aplicada (assim como outros cientistas sociais), encontra-se numa posição em que:

- a) Recolhe, analisa e organiza os dados necessários para uma decisão bem fundamentada e, se necessário, obtém novos dados através da investigação;
- b) Estima as prováveis consequências sociais das decisões tomadas e suas alternativas;
- c) Deve ter voz activa na implementação de programas de mudança e na formulação de projectos de investigação para a mudança;
- d) Avalia a eficácia na obtenção dos objectivos pré-determinados de projectos ou programas.

É relativamente fácil e cómodo apontar defeitos e lacunas, inventariar uma situação carente, criticar apatias e fazer declarações de intenções. Gostaria, porém, de ser um pouco mais ambicioso e, na defesa das damas em causa (a Antropologia em geral e a Antropologia Aplicada em particular), lançar aos interessados o repto da criação da Associação Portuguesa de Antropologia. Penso que através do arranque de uma instituição desse tipo estariam lançadas as bases para colmatar algumas lacunas que exigem rápida intervenção:

1. Maior comunicação entre especialistas de Antropologia; maior ligação com especialistas de áreas afins;
2. Defesa dos interesses dos profissionais da Antropologia;
3. Criação, apoio e orientação de áreas de especialização;
4. Organização de colóquios, seminários e acções dinamizadoras de divulgação e intervenção;
5. Contribuição para a consolidação da tripla função universitária: Ensino-Investigação-Extensão.

Nas comemorações dos 100 anos de Antropologia em Coimbra creio que estamos no momento ideal e em local adequado para dinamizar e veicular a concretização de tal ideia.

BIBLIOGRAFIA

- BARLETT, P., 1984 — *Agricultural Decision Making*. New York, Academic Press, 380 p.
- BASTIDE, R., 1971 — *Anthropologie Appliquée*. Paris, 244 p.
- BEALS, R.; HOJER, T. — *An Introduction to Anthropology*. New York, Macmillan Co., 711 p.
- FOSTER, G. — *Applied Anthropology*. Boston, Little, Brown and Co., 238 p.
- INKELES, A. — *Becoming Modern*. Washington DC, American University (SOROMR), 185 p.
- KLUCKHOHN, C. — *Mirror for Man*. New York, Premier Books, 240 p.
- LÉVI-STRAUSS, C. — *Structural Anthropology*. London, Basic Books Inc., 410 p.
- RAMOS, F., 1984 — *O Conhecimento Antropológico do Receptor nas Relações de Comunicação com o Meio Rural*. «Extensão Rural», n.º 6, p. 5-11.